

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COLABORATIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O AEE COLOABORATIVO NA PRÉ-ESCOLA.

Eloar Teixeira de Brito¹

Alexa Tyane Lopes Araujo²

Míriam Matos Amaral³

RESUMO:

O presente trabalho refere-se ao Atendimento Educacional Especializado numa abordagem colaborativa desenvolvido numa turma pré-escolar com vistas a analisar as práticas pedagógicas colaborativas na Educação Infantil em uma escola pública federal. Nossas questões problemas são investigar: quais práticas pedagógicas são desenvolvidas numa turma pré-escolar com crianças de cinco anos no processo de inclusão de uma escola pública? E como essas práticas visibilizam a perspectiva do trabalho colaborativo na Educação Infantil? Objetivamos analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças de cinco anos que favorecem o processo de inclusão assim como compreender e analisar os limites e possibilidades do AEE Colaborativo numa turma pré-escolar de escola pública. Nossa metodologia parte de uma pesquisa qualitativa e um estudo de caso exploratório, com observação e registros fotográficos. Nossos resultados exprimem que o trabalho na perspectiva colaborativa é uma ferramenta importante no processo de inclusão na Educação Infantil, pois busca traçar estratégias de práticas pedagógicas de acessibilidade e de superação das barreiras que impedem o pleno desenvolvimento da criança com deficiência. Conclui-se que o trabalho colaborativo entre professora de sala comum, de Educação Especial e auxiliares de sala contribuem, significativamente, no desenvolvimento integral das crianças, público da Educação Especial.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas pedagógicas colaborativas; AEE Colaborativo; inclusão; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO:

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia- UFPA. Especialista em Saberes, Linguagens e Práticas Educacionais na Amazônia-IFPA, Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica-UFPA.

² Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Bolsista de Atividade de Estágio na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará.

³ Formada em Pedagogia (UFPA) com Especialização em Educação Especial e Inclusiva (ESAMAZ). Mestrado e Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA). É Professora de Educação Especial na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará.

O atendimento educacional especializado na perspectiva colaborativa se apresenta como uma ferramenta de inclusão que busca romper com paradigmas tradicionais que perpassam a educação pública, e atualmente ainda se mantém no contexto brasileiro. A perspectiva colaborativa aponta caminhos de inclusão mais sólidos, uma vez que busca superar o isolamento do trabalho pedagógico dos professores de sala comum e de sala de recursos multifuncionais. Na proposta colaborativa os dois professores coadunam nos processos de planejamento, tomadas de decisão e organização do meio social educativo como um todo.

A histórica separação do trabalho do professor de sala comum e do professor de Educação Especial tem feito parte da realidade escolar da mesma forma que isolou e categorizou os estudantes (Mendes, Vilaronga, Zerbato, 2014). Nesse sentido, as compreensões que historicamente marcaram as práticas educacionais de atendimento das pessoas com deficiência perpassou e ainda perpassa pelos paradigmas de segregação e integração.

A segregação acontece “quando a escolarização de alunos com deficiência é oferecida em ambientes separados como as escolas especiais isoladas de alunos sem deficiência” (Alana, 2016, p.3). Já na perspectiva baseada no paradigma da integração os estudantes com deficiência são inseridos no “sistema regular de ensino com atendimento em salas exclusivas (e atividades específicas) às pessoas com deficiências” (Alana, 2016, p. 3). No paradigma da inclusão entende-se a necessidade de adequar espaços, métodos e conteúdos, a fim de superar as barreiras que impedem o desenvolvimento do público da Educação Especial.

O documento sobre a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva pontua que o movimento pela inclusão das pessoas com deficiência é uma ação que defende os direitos destas pessoas, ou seja,

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa ao direito de todos os alunos de estarem juntos aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (Brasil, 2008, p. 5)

Dessa forma, compreende-se que a perspectiva do paradigma da inclusão transformou o cenário educativo baseado na compreensão de que as crianças/estudantes público da Educação Especial possuem a necessidade e o direito de estarem envolvidas de forma adequada nas salas regulares de ensino. Além de esse processo inclusivo contribuir de forma

significativa no desenvolvimento das crianças com e sem deficiência, como afirma Alana (2016, p.2):

Existem evidências claras e consistentes apontando que ambientes educacionais inclusivos podem oferecer benefícios significativos de curto e longo prazos aos alunos com e sem deficiência. Um grande número de pesquisas indica que estudantes incluídos desenvolvem habilidades mais fortes em leitura e matemática, têm maiores taxas de presença, são menos propensos a ter problemas comportamentais e estão mais aptos a completar o ensino médio, comparado com estudantes que não são incluídos.

É necessário também ressaltar as mudanças nas políticas públicas de Educação Especial no Brasil, em que os ajustes feitos ao longo do tempo demonstram uma organização escolar na perspectiva inclusiva, muito embora ainda sejam necessários avanços reais nesta direção. O trabalho colaborativo entre o professor de sala comum e o professor especializado em Educação Especial é citado no parecer CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, no qual institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, conferindo a seguinte orientação: “IV- serviço de apoio pedagógico especializado, realizado nas classes comuns, mediante: a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial” (Brasil, 2001, p. 2). Tais definições já apontam uma orientação ao trabalho colaborativo entre os pares, o que configura um avanço na direção de uma perspectiva inclusiva.

Amaral (2024) ao refletir sobre a organização da oferta do AEE na Educação Infantil a partir das análises da Nota Técnica nº 02/2015 ressalta que:

O AEE, nesse sentido, consiste na elaboração de atividades complementares ou suplementares que desenvolvam, nas crianças, as funções da percepção, da atenção voluntária, da imaginação, da linguagem, do pensamento, da sensação, do autocontrole, da inibição, do raciocínio, do afeto, da fala e do planejamento. Todas essas funções executivas fazem parte da consciência humana e que, portanto, colaboram para a formação da personalidade da criança, que é carregada de complexidade pela natureza de seu desenvolvimento e que, com o apoio de um adulto/formador suas potencialidades possam ser estimuladas (Amaral, 2024, p. 22).

A partir de tais apontamentos Amaral (2024) considera que:

Percebe-se, com isso, que a educação infantil inclusiva precisa e deve estar na proposta pedagógica da escola como um eixo estruturante da organização pedagógica do espaço, de modo que professoras e professores, tanto das salas referências como da educação especial possam desenvolver um trabalho colaborativo, processual e formativo, onde perceba as necessidades e potencialidades da criança com deficiência e possibilite práticas e vivências significativas inerentes às infâncias que habitam o tempo/espaço da educação infantil (Amaral, 2024, p. 22).

Nessa perspectiva, o atendimento das crianças com deficiência parte da necessidade de desenvolver suas potencialidades a partir do entendimento de suas peculiaridades. Nesse movimento o trabalho colaborativo se torna uma ferramenta importante para a construção de

um caminho propício e de vivências significativas para as crianças com deficiência na Educação Infantil.

METODOLOGIA:

Nossa metodologia parte de uma análise qualitativa uma vez que, para a abordagem qualitativa o mundo deve ser examinado partindo da ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial de nos fazer entender de maneira mais esclarecedora nosso objeto de pesquisa (Bogdan e Biklen, 1994). Partimos também de um estudo de caso exploratório, que para Bogdan e Biklen (1994, p. 89) citando Merriam (1988) o “estudo de caso consiste na observação detalhada do contexto ou do indivíduo de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico”. Utilizamos também de observação e registros fotográficos, bem como documentação pedagógica das professoras.

CAMINHOS TRILHADOS PARA COLABORAÇÃO:

A perspectiva colaborativa, por ser um modelo que rompe com os paradigmas anteriores sobre a forma de entender o atendimento das pessoas, público da Educação Especial, por si só já se estabelece como um desafio a ser enfrentado. Ressalta Mendes, Viralunga e Zerbato (2014, p. 122) que:

[...] Mesmo quando em suas escolas há professores especializados, eles raramente se encontram, dado que os dois tipos de professores supostamente devem trabalhar em turnos diferentes.

A consequência disso tem sido que, na política atual, os professores de educação especial acabam tendo uma demanda excessiva de atendimento individual nas salas de recursos multifuncionais porque o trabalho é centrado no aluno público-alvo da Educação Especial não deixando tempo hábil para o estabelecimento de parcerias efetivas com o professor de sala comum, que é o professor que permanece mais tempo com esse aluno em sala de aula.

Vigotski ressalta que a via alternativa para promover o desenvolvimento da pessoa com deficiência depende de condições pedagógicas e estruturais, bem como a mudança de mentalidade da sociedade. Os caminhos alternativos devem favorecer “a interação social e a participação na cultura, desenvolver a linguagem, as formas de significar o mundo, e elevar o nível do pensamento” (Góes, 2002, p. 106).

Refletindo Tardif *apud* Oliveira (2024, p. 94), o AEE colaborativo tem como principal função elaborar estratégias que possam superar dificuldades na participação da criança nas atividades em sala, por meio das ações entre os professores da sala comum e da Educação Especial. Nesse trabalho coletivo considera-se importante o saber docente tanto de formação

profissional quanto de experiência, assim como o saber do professor especializado na educação inclusiva.

Com diálogo e parceria em ações colaborativas é possível perceber o avanço da criança no processo educacional, mas para isso é necessário que os docentes estejam abertos para construção colaborativa, como afirma Oliveira (2024):

É de extrema necessidade que o professor responsável pela sala comum esteja disposto a construir um trabalho colaborativo com o professor ou o profissional responsável pelo atendimento educacional especializado (AEE) (Oliveira, 2024, p. 94).

Nesse processo a gestão escolar também é um elemento importante para favorecer os processos de inclusão, portanto: “a gestão da escola, além de participar, deve estar disposta a fornecer meios para que esse trabalho aconteça” (Oliveira, 2024, p. 94).

RESULTADOS/DISCUSSÕES:

O presente trabalho reflete sobre as práticas colaborativas numa turma pré-escolar de uma escola pública, no qual foi perceptível nos conselhos de turma e nas reuniões formativas, a colaboração entre professor da sala comum, profissional do AEE, auxiliares de sala e gestão, juntos eles traçaram um caminho através dos relatos da professora e apontamentos significativos com base no conhecimento de educação inclusiva pela profissional do AEE, garantindo o bem estar da criança e práticas pedagógicas para fortalecer a inclusão.

Além disso, essas práticas incluem o acolhimento, atenção, troca de conhecimentos entre os profissionais de educação, avaliação da criança, e acompanhamento no qual a profissional (AEE) e a professora da sala comum realizaram de forma conjunta. Nesse processo construtivo, as observações da profissional do AEE foram essenciais para a transformação comportamental e cognitiva da criança junto com o saber docente profissional e empírico da professora de sala comum que demonstrou um olhar atencioso, fazendo da sala referência um espaço inclusivo no qual envolvem estratégias para a organização do meio social educativo, para estabelecer ganhos no processo de interação, participação e relação com o objeto do conhecimento.

Tais práticas, desenvolvidas em colaboração, foram importantes no desenvolvimento da criança para traçar estratégias conjuntas como atividades e vivências baseadas no hiperfocos das crianças, mediação pedagógica com o apoio de auxiliares de sala e monitores da Educação Especial e construção conjunta do PEI (Plano Educacional Individualizado). Essas estratégias se desenvolveram em saberes e experiências de um currículo pautado nas

interações sociais, no brincar das crianças com deficiência e no respeito às necessidades e peculiaridades de cada criança, público da Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os apontamentos do trabalho colaborativo, na perspectiva da inclusão, se definem como uma ferramenta importante que favorece o processo de inclusão, em uma turma pré-escolar com crianças de cinco anos de idade. As estratégias traçadas de forma colaborativa como: observação participante, elaboração conjunta do Plano Educacional Individualizado (PEI), planejamento, comunicação contínua, e avaliação conjunta, trouxeram ganhos importantes no desenvolvimento das crianças com deficiência, no referido *lócus* de pesquisa. Nesse processo de construção colaborativa, a ação dialógica do AEE na sala referência da Educação Infantil fortaleceu práticas pedagógicas na perspectiva da inclusão e da eliminação de barreiras, favorecendo o processo de interação, comunicação e acesso ao objeto do conhecimento das crianças, público da Educação Especial em uma escola pública.

REFERÊNCIAS:

ALANA. **Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiência.** Abt/ASSOC/ATES.2016

AMARAL, Miriam Matos. Educação Infantil Inclusiva na perspectiva da educação especial: o que a história nos conta?. Revista eai: Educação, Artes e Inclusão. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 10/01/2026.

BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 2. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acessado em: 17/01/2016.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Portugal: Porto Editora, 1994.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Relações entre desenvolvimento humano deficiência e educação: Contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, Marta Kohl de; SOUZA, Denize Trento R.; REGO, Teresa Cristina. **Psicologia, Educação e as temáticas da vida cotidiana.** São Paulo: Moderna, 2002, p. 95-114.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como apoio a inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** São Carlos: EDFSCar, 2014.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. **Educação Especial: Formação de professores para a inclusão escolar**. Ed. Contexto. 2014.